

As sombras do pacote

Vozes credenciadas do Palácio do Planalto tentam retirar o presidente Figueiredo da margem de desgate produzido pelos desacertos da política econômica do governo, sob o argumento de que o chefe da Nação não formula as diretrizes para a economia, mas as delega ao ministro-chefe da Sepplan, que no caso é o responsável integral pelos resultados negativos.

Caberia ao chefe do Governo, como formulador, as políticas externa, social e interna, além da institucional-militar que é específica de sua origem castrense. No entanto, se o presidente Figueiredo não é o responsável executivo pela aplicação da metodologia do ministro Delfim Netto, não restam dúvidas de que, na sociedade civil e nos quartéis ele está sendo apontado como o fator de imobilismo das soluções internas para a grave crise econômica, pois o poder torna-se indivisível para quem revela à opinião pública possuir tanta credibilidade (não esquecer que em recente pesquisa o chefe do Governo recebeu 62% de votos de confiança dos brasileiros).

Se Figueiredo, de acordo com os seus porta-vozes, não pode ser inculpado pelos erros da política econômica uma vez que não a formula, não poderá se eximir, todavia, da responsabilidade de escolher os melhores instrumentos para a execução de suas diretrizes para esta área, e esse seu poder implica em seleção de condutores mais indicados para o momento da conjuntura internacional e nacional. Os variados fatores que interferem na política econômica tornam necessária numa administração mais flexível dessa massa crítica, que deverá ter um equacionamento preferencialmente político, pois as decisões de Estado, quanto ao futuro do País, serão sempre políticas e não técnicas.

O presidente, nesse caso, estará respaldado pelo respeito da Nação se pautar suas futuras decisões no campo econômico pelo critério político, na medida em que o pacote, ou o elenco de medidas, terá forçosamente de representar o consenso da sociedade quanto aos rumos a serem tomados para a superação da cri-

se. Sem a obtenção desse consenso o pacote dessa próxima semana correrá o risco de ser imediatamente exaurido pelos obstáculos advindos da inação ou na impermeabilidade orgânica da estrutura que determina as relações econômicas e sociais no País. A esse pacote poderão sobrevir outros em cadeia, erodindo a autoridade presidencial e fazendo a Nação mergulhar numa quadra de desconfiança e perplexidade.

Pela via de entendimento político, contudo o presidente Figueiredo poderá modular suas decisões no campo econômico mesmo que não execute a política e a delegue a seus ministros da área. Como não é obrigado a entender de economia, o chefe do Governo deve, contudo, demonstrar que entende de poder e da metodologia necessária à manutenção da estabilidade do País, cujo penhor, em grande parte, advém de sua confiabilidade pessoal e da liderança que soube implementar junto à sociedade.

Os políticos estão impacientes com os desencontros da política econômica pois a eles é normalmente imputado o desconhecimento da teoria das relações econômicas. O corpo político nacional, todavia, soube demonstrar ser capaz de remediar todas as crises institucionais ao longo da História republicana, sem necessitar do aconselhamento técnico. E de se observar, ao mesmo tempo, que o acaso histórico privilegia o País com a participação na política de vários nomes de peso teórico e prático no domínio econômico, como os Srs. Olavo Setúbal, Saturnino Braga, Severo Gomes e o próprio Roberto Campos.

Torná-se desusado, portanto, a repetição de que o presidente Figueiredo só não altera a sua política por não encontrar alternativas para os atuais condutores. Essa era uma máxima adequada a um outro estágio do atual governo, mas não o de agora, em que a via de solução política fortalece-se cada vez mais como a única capaz de permitir uma transição pacífica do poder, preservando a normalização democrática.

LEONARDO MOTA NETO